



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRONUNCIAMENTO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
ORÇAMENTO 2026

Meu nome é Franca Rosa dos Santos Garcia falo em nome do Sindicato Nacional dos Mediadores e Conciliadores Judiciais – SIMEC representando os mediadores e conciliadores do Estado de São Paulo;

Quero primeiro externar nossa gratidão pela grande conquista que tivemos esse ano com a inclusão da nossa remuneração junto à Procuradoria Geral do Estado pelo trabalho dessa Comissão. Por isso precisamos agradecer ao Presidente da Comissão de Finanças e Líder de Governo Deputado Gilmaci dos Santos, ao Vice-presidente Deputado Luis Claudio Marcolino, Deputado Enio Tatto e todos deputados que sempre nos apoiaram. Também reconhecer a sensibilidade do Governador Tarcísio, do Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda Dr. Rogério Campos e da Procuradora Geral Inês Coimbra de acolherem a nossa causa.

Todos os anos nós participamos das audiências públicas do orçamento lutando pela justa remuneração dos mediadores e conciliadores que atuam na Justiça Gratuita, atendendo a população mais carente do nosso Estado.

Esse ano se completam 10 anos da Lei Federal de Mediação e 10 anos da nossa luta pela remuneração dos mediadores e conciliadores, mas agora temos uma previsão de início dos pagamentos aos profissionais da mediação para este segundo semestre.

Contudo, estamos aqui porque a jornada ainda não terminou. Para que essa política pública se consolide e atenda de forma efetiva todos os mediadores e conciliadores que atuam no Estado, é fundamental que estejamos no orçamento da PGE para 2026 com um valor adequado à sua implementação plena. Por isso, solicitamos que seja assegurado o valor de R\$ 50 milhões na Lei Orçamentária do próximo exercício.

Mantemos nosso firme compromisso de seguir lutando por uma política pública que valorize o acesso à justiça e a dignidade dos profissionais que a viabilizam.

A mediação e conciliação são instrumentos essenciais para a construção da paz social e o fortalecimento da cidadania. Investir nela tanto no Judiciário quanto nas atividades da Defensoria Pública é garantir um Estado mais justo, humano e eficiente.

Obrigado(a).

COMISSÃO DE FINANÇAS
ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO
RECEBIDO
EM 03 / 10 / 25
Fernanda Niere
SECRETÁRIO